

Questões do envelhecimento nas sociedades contemporâneas

Maria de Lourdes Quaresma

RESUMO: Este artigo procura trazer um novo olhar à análise do envelhecimento, dando ênfase à componente oportunidade-conquista das sociedades contemporâneas e desconstruindo o paradigma centrado na idade. Com base em estudos nacionais e internacionais, tem como objectivo contribuir para a análise dos modelos de transição actividade profissional/reforma, relevando diferentes factores que influenciam e diferenciam esses processos. A importância das políticas de envelhecimento activo são tratadas numa óptica de promoção de igualdade de oportunidades, incluindo as pessoas em situação de maior dificuldade. A garantia do direito a envelhecer com dignidade e segurança constitui um outro eixo de análise, enquadrado nas recomendações e orientações internacionais nesse âmbito, sendo dada especial relevância às questões da formação e do habitat.

Palavras-chave: envelhecimento; sociedades contemporâneas; idade.

ABSTRACT: *This paper revisits the analysis of aging, emphasizing the component of opportunity/achievement of contemporary societies and deconstructing the age-centered paradigm. Based on national and international studies, it aims to contribute to the analysis of the professional activity/reform transition models, revealing different factors that influence and distinguish these processes. The importance of the policies for active aging is approached according to the view that supports the promotion of equal opportunities, including people in disadvantaged situations. The guarantee of the right to age with dignity and security is another axis of analysis, framed within the international recommendations and instructions in this area. Special relevance is given to the issues of formation and habitat.*

Keywords: *aging; contemporary societies; age.*

A questão demográfica e a variável idade

As Sociedades Modernas transformaram os papéis de tudo em nós.

Olievenstein, 1999

A revolução demográfica é um dos fenômenos mais marcantes das sociedades contemporâneas. O envelhecimento demográfico abrangendo todo o planeta é uma das mudanças sociais mais importantes do século XXI. Não só a população mundial tem um acréscimo ímpar – 2.535 milhões de habitantes em 1950 para 6.671 milhões em 2007 –, como a percentagem de pessoas com 60 e mais anos evoluiu, no mesmo período, de 8% para 11%.

As projecções para 2050 (ONU, 2007), segundo as hipóteses média e constante, apontam para um número de habitantes do planeta entre 9.191 milhões e 11.858 milhões, correspondendo no primeiro cenário a uma percentagem de 22% para as pessoas com 60 e mais anos, conseqüente aos ganhos em esperança de vida que para esse horizonte temporal se estimam em cerca de oito anos.

Estas profundas mudanças, como sabemos, não se distribuem de forma homogênea. A dispersão observada acompanha as grandes desigualdades de desenvolvimento entre regiões e entre países. De qualquer forma, as projecções da ONU são expressivas no que concerne o aumento da população nos países menos desenvolvidos, os quais poderão passar de 804 milhões em 2007 para, respectivamente e de acordo com hipótese média ou constante, 1.742 milhões ou 2.794 milhões em 2050.

No espaço europeu, as estimativas apontam para uma Europa a perder peso populacional (731 milhões em 2007 contra 664 ou 626 milhões em 2050 conforme se considere cada uma das hipóteses acima referidas), a par de um aumento significativo do envelhecimento demográfico: uma pessoa em cada três terá 60 anos em 2050 e uma em cada dez terá 80 ou mais anos. No caso francês, e apesar de a França ser um dos países com melhor comportamento face à fecundidade, em 2015 as pessoas com 50 e mais anos corresponderão a 40% da população.

Por outras palavras, estes cenários, ao expressarem a boa notícia do aumento da esperança de vida, evidenciam a necessidade de mudarmos o olhar sobre o envelhecimento, corrigindo a deriva categorial com que temos tratado estas questões, quer a nível da sociedade quer dos indivíduos.

A pessoa idosa, o dependente, tão presentes no discurso científico e político, releva de categorias estatísticas que derivam para categorias sociais, tendencialmente homogeneizantes.

Ora, os factores que aceleram a história das sociedades contemporâneas (a tecnologia, a informação, o desenvolvimento das relações em espaço virtual, a mobilidade, a sobreposição de papéis e dos estatutos) condicionam as nossas vidas e “produzem” trajectos cada vez mais heterogéneos e singulares. Singularização e categorização emergem, pois, como dois processos paralelos, conflituais ao nível dos indivíduos e das relações sociais. A história de cada um e o seu sentido, ao ser filtrada em função do acesso a prestações sociais que lhe vão conferir um novo estatuto, uma quase nova identidade social de alguma forma estigmatizante, conflituará com o que cada um é e deseja ser. O conflito identitário, latente ou expresso neste processo, condiciona as relações sociais, as representações de si e do mundo, em suma, o devir do projecto pessoal como “saída” afirmativa da sua própria historicidade. Como salientam Puijalon e Trincaz (2000), “As etapas da vida já não são consideradas como etapas sucessivas duma história de vida única, mas como grupos sociais a gerir”.

Em contraditório, a idade emerge, cada vez mais, como um marcador secundário das nossas identidades. A idade como construção social subjectiva, que evolui com o tempo e com o espaço, marca as vidas dos que experienciam estas mudanças nas nossas sociedades. Cada um pode ter, em simultâneo, várias idades: idade social (estatuto), idade social geracional (pertença socio-histórica), idade biológica, idade cronológica...

A dessincronização crescente do ciclo de vida assim o demonstra. O marcador biológico da idade – a fadiga física – tinha uma relação directa com o marcador sociológico – a reforma. Hoje, recuou o limite

biológico, consequente às melhorias das condições de vida, ao mesmo tempo que avançou o limite sociológico pela tendência à exclusão do mercado de emprego a partir dos 50 anos. A velhice alonga-se se considerarmos o aumento dos anos de vida ou se contrai se considerarmos o tempo em que diminuem as capacidades de realizar, sem ajuda, as actividades da vida quotidiana.

Alguém, no dia em que fazia 75 anos, a quem perguntaram se se considerava velho adulto ou jovem velho, respondeu: “Estou-me nas tintas. Não estou descontente com a minha data de nascimento”.

Por outras palavras, a arbitrariedade da norma social que define “idoso” é, em si mesma, redutora dos próprios fenómenos de envelhecimento. O envelhecer, a velhice, só é apreensível pelo vivido, o verdadeiramente experimentado, reflectido, interpretado. O discurso dos sujeitos, o relato das experiências de envelhecer, constituem peças essenciais, janelas que se abrem para a construção de um outro conhecimento sobre o envelhecimento humano, na sua imensa diversidade e heterogeneidade.

Envelhecimento/oportunidade para a sociedade e para os indivíduos

O (re)conhecimento do novo capital social formado pelas gerações que experienciam uma vida adulta prolongada é hoje um objecto do maior interesse para a gerontologia social. Sendo este fenómeno relativamente recente, pouco sabemos acerca dos adultos que, tendo chegado à cinquentena, projectam o futuro e investem em novas formas de participação social, cultural e cívica, expressão de expectativas, aspirações e potencialidades dos mais velhos.

A pesquisa orientada para o grupo formado pelas pessoas com 50 e mais anos constitui, nesta perspectiva, um objecto estratégico tanto para a análise crítica das políticas públicas como para o planeamento que lhes é consequente, em especial em sociedades fortemente

envelhecidas. As diferenças geracionais que este grande grupo comporta, já o sabemos, são reveladoras da importância dos percursos de vida e respectivos contextos socio-históricos.

No caso português, os recém-reformados representam uma geração fortemente diferenciada em termos de acesso a oportunidades de desenvolvimento pessoal, de qualificação e de rendimentos, quando comparada com a geração das pessoas muito idosas (80 e mais anos). Este contraste, embora evidente, é mal conhecido naquilo que reflecte em termos das reconstruções identitárias resultantes das formas de transição trabalho/reforma e consequentes repercussões nos percursos destas novas gerações. Questão não displicente, ao reconhecermos que pouco sabemos sobre o impacto destas novas formas de inserção social na evolução dos modos de vida, na sociedade em geral.

A pesquisa a prosseguir neste território constitui, assim, uma oportunidade não só de aprofundar o conhecimento sobre estas novas realidades, como também sobre a importância relativa, nos processos de envelhecimento dos indivíduos, dos *factores associados à idade e dos factores sociais, culturais e económicos associados aos percursos identitários*. A análise das diferenças geracionais pode dar um forte contributo para a desconstrução de estereótipos e preconceitos associados à idade, deixando de imputar à idade o que resulta sobretudo de factores contextuais: sociais, culturais e políticos.

Adequar as políticas públicas a uma tal profunda transformação social exige clarificar esta destriça. Num mundo em forte aceleração histórica, quando falamos de políticas públicas e de planeamento, ou seja, projectar o futuro, importa prevenir extrapolações sustentadas em regularidades observadas no passado em função da idade ou de estatuto face ao trabalho, ausentes do processo de evolução e de reprodução das sociedades pós industriais.

Por outras palavras, a análise dos comportamentos no pós-reforma e dos mais velhos tem partido dum quadro de referência baseado no ciclo ternário de vida dos indivíduos: formação, produção e repouso.

O que neste momento está em causa, para alguns autores (Legrand, 2001), é um ciclo a que se juntam mais três tempos:

transição profissional (entre formação e participação na produção); transição social (entre reforma e velhice); grande velhice, como último tempo do ciclo de vida. Cada um destes tempos varia no tempo e na forma consoante outros factores, em especial: educação, formação, acesso a oportunidades e género, o que alarga o leque de possibilidades combinatórias/recomposições ao longo da vida e resulta na complexidade e heterogeneidade crescentes dos percursos individuais.

Cada vez menos a idade pode ser considerada como atribuindo aos indivíduos características económicas e sociais invariantes. Donde, como falar do futuro das reformas e dos reformados partindo sòmente da análise dos comportamentos e das práticas dos reformados de hoje? (Guillemard et al., 2001)

Motivações e aspirações – Resultados de alguns estudos

A análise da situação portuguesa, neste quadro de preocupações, revela a escassez da pesquisa sobre esta problemática. Os estudos têm incidido sobretudo na análise do impacto do envelhecimento no sistema de segurança social, no emprego e nas dinâmicas familiares.

Recentemente, os resultados de um inquérito a pessoas com 50 e mais anos, no âmbito de um estudo (IEFP, 2007) sobre as perspectivas de criação de emprego de âmbito gerontológico, dá algumas pistas interessantes, em termos de evolução das perspectivas face ao viver mais anos, riscos e oportunidades, segundo alguns indicadores das condições de vida.

As variações diferenciais identificadas permitem admitir que as interferências na forma como se vive e gere a vida no processo de envelhecer, resultam de capitais culturais e económicos diferenciados, refletindo-se noutros campos, nomeadamente no que respeita às aspirações e às formas de ocupação do tempo. No entanto, ressaltam as dificuldades em sair dos padrões socialmente instituídos, sobretudo quando se questionam os tipos de serviços e/ou equipamentos sociais desejáveis.

Mais especificamente, de acordo com esta fonte, as aspirações organizam-se em torno de dois vectores: saúde e sociabilidades. Envelhecer com autonomia, manter relações sociais e ter o apoio da família se a autonomia ficar comprometida, são as âncoras do futuro. Ter acesso à vigilância periódica de saúde, ter informação, ter ocupação e poder permanecer na sua casa mesmo em situações de dependência constituem o grande espectro das expectativas. Entre os que já hoje são utilizadores dos serviços sociais (maioritariamente as mais velhas), as preferências vão para mais actividades ocupacionais, mais convívio e melhor capacidade de escuta e de relação da parte dos profissionais.

Simultaneamente, um outro eixo é identificável, relativo às actividades associadas ao desenvolvimento local. Têm especial consistência em contexto urbano, numa óptica de “valorização urbana”, veiculada por uma lógica de construção/consolidação de laços de identidade, favorecendo as relações interpessoais significantes e estruturantes da própria identidade dos lugares habitados.

Em síntese, verifica-se a tendência para a procura de serviços de proximidade estruturada face ao forte crescimento de necessidades pessoais não satisfeitas pelos serviços que tradicionalmente operam neste âmbito – públicos e privados –, bem como pela explosão de necessidades geradas pelo próprio desenvolvimento do tecido urbano.

Os problemas específicos identificados nestes contextos, ao nível da construção do tecido social e da própria gestão da componente espacial e do edificado, quer público quer privado, constituem factores de desenvolvimento dos diferentes tipos de serviços inventariados.

O habitat constitui uma pedra angular da relação do homem com o seu meio, entendido como um lugar de vida, factor de promoção das relações sociais e intergeracionais. As três dimensões do habitat: ambiente, habitação e condições físicas da habitação correspondem ao valor atribuído à casa em que cada um vive: faz parte da sua história, partilha da história dos sítios e é espaço de memórias.

Ora, sabendo que o envelhecimento é um processo de adaptação constante, mediatizado pela relação do indivíduo com o seu meio, a

importância atribuída ao habitat, quer ao nível da “casa” quer da sua envolvente social e cultural não pode deixar de emergir com crescente relevância.

As actividades resultantes de novas expectativas de acesso a bens sociais e culturais entrosam-se neste tipo de dinâmica, com maior ênfase para o desenvolvimento de uma cultura “urbanizada” transversal em termos pessoais e em termos territoriais.

Promoção da autonomia/desenvolvimento pessoal; melhoria do habitat e acessibilidade; acolhimento especializado e de proximidade para situações de maior complexidade em termos de cuidados, são expectativas maioritariamente expressas.

Actividades culturais e de acentuado desenvolvimento pessoal aparecem associadas a percursos mais activos e exigentes, embora de forma geral as pessoas revelem elevadas expectativas relativamente às actividades de cultura e lazer, a par das de acompanhamento, certamente associadas a um dos maiores receios evidenciados quanto ao futuro – o isolamento e a solidão.

A ênfase na privacidade, personalização, qualidade dos cuidados está fortemente representada. As palavras-chave são proximidade, diversificação e polivalência, mas também especialização para situações específicas

No mesmo sentido, e segundo a mesma fonte, apontam os resultados da pesquisa sobre experiências inovadoras noutros países, cujos parâmetros de referência se definem como: diagnóstico contextualizado dos problemas, intervenção respeitando expectativas, orientada para componentes estratégicas da melhoria da qualidade de vida e da promoção de melhores níveis de adaptabilidade do meio ao envelhecimento da população: habitat, transportes, comunicação.

As expectativas que acabamos de enunciar revelam, ainda, no meu entender, uma mudança qualitativa de expressão dos direitos, contrariando uma cultura assistencialista que marcou o percurso socio-histórico das pessoas mais velhas (com menos expressão no grupo de idades 50-64), ao mesmo tempo que emerge uma cultura mais pró-activa face à gestão de uma vida adulta que se prolonga e em que a passagem vida activa/reforma constitui um marco estruturante.

A ênfase dada aos aspectos relacionais e aos receios face ao isolamento e à solidão podem representar, por outro lado, sinais da consciência dos fenómenos de agismo que se vão tornando mais evidentes, associados a diferentes factores. Dificuldades de comunicação, défices de relações intergeracionais, representações negativas de envelhecimento e velhice, ausência de estratégias colectivas de valorização do envelhecimento e dos mais velhos, nomeadamente ao nível dos média, são factores de interferência neste tipo de fenómenos comuns às sociedades mais envelhecidas.

As formas de agismo acentuam as diferenças em função da idade, estigmatizando as perdas (de actividade económica, capacidades sensoriais e intelectuais, mobilidade e dinamismo social).

Os mais frágeis são facilmente reconhecidos como inúteis, sem préstimo e sem valor. E entre os mais frágeis estão os que mais precisam de ajuda e de cuidados, a prestar não de forma mecânica, mas com sentido, direccionados para a restituição das capacidades de relação, de gestão da vida projectada ou a projectar, através da escuta, do reconhecimento e do acompanhamento do outro na sua trajetória identitária.

A capacidade de conhecimento das pessoas e dos contextos em que elas se inserem, desconstruindo os preconceitos, as categorizações, as ideias feitas sobre envelhecimento e a velhice, consubstanciam, sem dúvida, o sentido da inovação nos territórios da gerontologia social.

O que está em causa é a noção de valor da pessoa, seja qual for a idade, o estatuto ou qualquer outro atributo.

Envelhecer com projecto. A formação ao longo da vida

As recomendações da 2ª Assembleia Mundial sobre o Envelhecimento (2002) definem como eixos prioritários da orientação política: o princípio da *participação na vida social, económica e política, a par do acesso a oportunidades de emprego, com horários e condições de trabalho adequadas, protecção adequada das pessoas idosas mais pobres, no respeito pela sua dignidade e integridade, protecção contra as formas de exploração de que podem ser alvo, assegurando o respeito pelos seus direitos fundamentais.*

Aliás, o Tratado de Amesterdão, 1997 (Costa, 2001), ao determinar a eliminação das formas de segregação pela idade (artº13) e ao consignar a necessidade de garantir a inclusão de todos, promovendo as medidas de discriminação positiva necessárias à não exclusão social dos mais desfavorecidos seja qual for *a idade, sexo, religião ou etnia* (artº 137) constitui um instrumento vinculativo da orientação política neste domínio.

Por outras palavras, o capital social que os adultos mais velhos representam releva a importância da partilha do património cultural, científico e técnico quotidianamente construído, factor determinante do desenvolvimento das competências sociais com que participamos na sociedade e antídoto contra os processos de exclusão social.

Uma perspectiva pró-activa da gestão do envelhecimento dos indivíduos assenta nas suas capacidades e iniciativas, o que quer dizer no planeamento da nova fase que se avizinha, conferindo à formação um papel central.

Todas estas razões e por todas estas razões, as questões metodológicas da formação, “geragogia”, têm ocupado formadores e cientistas. Resultados de estudos recentes (Wilcock et al., 2002) nos EUA e Canadá revelam que modelos que enfatizam a implicação dos seniores nos processos de aprendizagem têm efeitos benéficos no seu bem-estar, ao nível da auto-estima e da situação de saúde

Dão importância à equidade e à não competição, com forte ancoragem na experiência da aprendizagem. São conceptualizados como estratégia de soluções num contexto de rápida mudança demográfica, procurando romper com estereótipos associados à idade, ao desfavorecimento e à vitimização das pessoas que avançam em idade.

A formação é, neste contexto, considerada oportunidade para a construção do envelhecimento como experiência positiva, mais consentânea com a conquista da longevidade que marca o século XXI.

Ora, se considerarmos que estes processos são sequenciais, pois acompanham os percursos individuais, a problemática da formação ao longo da vida assume especial relevância, em especial das pessoas com

mais de 50 anos. Ela está claramente associada às questões do emprego mas também à manutenção de uma actividade profissional, social ou cultural no pós-reforma.

Trabalho recente da Comissão Europeia (EC, 2006) dá conta da participação das pessoas dos diferentes grupos de idades na formação (%). A média europeia (25 países) é de 50% para o grupo 24-34 anos e 30% para o grupo 55-64 anos, apresentando Portugal percentagens superiores, respectivamente 54% e 33%, embora no que concerne a educação permanente associada à formação no grupo 25-64 as percentagens sejam menos favoráveis para Portugal quando comparadas com a Finlândia, França, Alemanha, Holanda e Inglaterra. As médias destes países estão entre 46% e 50% na formação contínua (1999), não ultrapassando Portugal, 17%. Aliás, a participação dos trabalhadores do grupo de idades 55-64 na formação situava-se em 7,4%, no caso português (Centeno, 2006). Da mesma forma, os dados do Terceiro Inquérito às Condições de Trabalho (2000)¹ situam Portugal a grande distância destes países. De acordo com a mesma fonte, Portugal apresenta situação bem desfavorável em termos de qualificações acima do secundário nos diferentes grupos de idades (35% no grupo 25-34, 20% no grupo 35-44, 14% no grupo 45-54 e 8% no grupo 55-64, sendo que a média da OCDE é respectivamente 75%, 69%, 61% e 50%, próximas das médias da maioria dos países europeus).

Sem dúvida, estamos perante o desafio de um esforço acrescido neste domínio, por todas as razões, e também pela necessidade de favorecer o bem envelhecer de todas as gerações.

Sintetizando: se por um lado as mudanças ao nível das expectativas e motivações face ao viver mais anos relevam a consciência da importância do projecto individual, não deixam de pôr em evidência o papel da responsabilidade colectiva.

1 cf. www.eurofound.europa.eu/pubdocs/2000/128/pt/1/efoo128pt.pdf

Ou seja, envelhecer com projecto é indissociável da promoção da igualdade de oportunidades e da não discriminação pela idade e por género, designadamente no acesso à qualificação, ao emprego e à formação, o que interpela a iniciativa política consequente.

Envelhecimento e reforma: que estratégias?

A reforma, como sabemos, é um marco significativo do percurso individual e a pós-reforma vem assumindo uma importância crescente na vida dos indivíduos. A saída cada vez mais precoce do mercado de emprego transformou-a numa nova etapa, bem antes de chegarmos à velhice. A reforma pode marcar um processo de isolamento social e de desvalorização individual, definido como “desinvestimento”, gerador de “perda do sentido de relação com a sociedade” (Guillemard, 1991). Ou, ao contrário, iniciar uma recomposição activa dos papéis sociais. A par das estratégias centradas na vida familiar e no consumo (passagem de produtor na vida activa a reformado consumidor), outras podem orientar-se para o investimento numa forma de actividade criadora, socialmente reconhecida, funcionando como estruturante da actividade do sujeito, tal como o tinha sido a actividade profissional. As condições e hábitos de vida ao longo da existência, e em especial o período a montante da reforma, têm um papel determinante neste processo. Mas, para todos, *a saída do mercado de trabalho corresponde a um repensar e repensar-se face à família, aos amigos, à sociedade* (Micael Pereira, 2004).

A transição actividade profissional/reforma, o pós-reforma e a velhice correspondem a percursos cada vez mais longos, mais heterogéneos e mais diferenciados, em que a variável género tem expressão significativa. As saídas mais precoces das mulheres da vida profissional aparecem associadas a razões de desemprego, saúde ou obrigações familiares, factores que estruturam também períodos de transição pela via da protecção do desemprego e da doença para um número significativo de pessoas entre os 50 e 64 anos. Assim, se no caso das mulheres estamos perante fortes descontinuidades nas carreiras profissionais e contributivas com repercussões na situação pós-reforma, a “espera pela

reforma” através da protecção do desemprego ou da doença significa um período de transição igualmente marcado por desigualdades de acesso ao emprego e à qualificação profissional que não deixarão de influenciar negativamente a nova etapa da vida que se aproxima. Tendências, aliás, igualmente observadas entre países da OCDE e da UE. Poderemos perguntar-nos se o sucesso e/ou a simples possibilidade de investir na recomposição dos papéis, como já referimos, não poderá ser posto em causa se se acentuar ou persistir a divergência entre a idade social “medida” pelo estatuto com que a sociedade reconhece e dá valor a cada indivíduo e a idade social/geração (capital de conhecimento temporalmente significante) que não deixa de acompanhar o relógio da idade.

Como diz Walker (2002), o que está em causa é uma visão estratégica global, flexível, preventiva e participativa da orientação política neste domínio, a qual citamos:

[...] deve assumir um equilíbrio entre direitos e obrigações. Por outras palavras, esta estratégia deve ser multidimensional, aplicável ao indivíduo e à sociedade, de forma integrada. Os indivíduos devem tirar partido das possibilidades de educação permanente e de formação contínua, promover a sua própria saúde e bem-estar ao longo de toda a vida.

Envelhecimento activo – estratégia de inserção social dos indivíduos e estratégia de coesão social nas sociedades fortemente envelhecidas

Em 2002, OCDE (2000) vem a definir envelhecimento activo como “a capacidade das pessoas que avançam em idade terem uma vida produtiva na sociedade e na economia que quer dizer que possam determinar a forma como repartem o tempo entre as actividades de aprendizagem, o trabalho, o lazer e os cuidados a outros”.

O envelhecimento activo, nesta perspectiva, é essencialmente uma experiência individual que assenta na possibilidade de os indiví-

duos poderem optar por manter uma actividade remunerada ou não, mantendo assim a sua ligação à sociedade em geral e à sua comunidade, em particular.

O projecto de uma vida adulta prolongada revela-se um desafio pessoal – quem sou eu, onde estou, para onde vou (Micael Pereira, 2004). É exigente: exige esforço, é expressão de liberdade e de autonomia, está associado ao conceito de progresso, tenta controlar o futuro, altera a percepção do tempo e permite encarar a realidade como relacional.

Alguns teóricos do Proactive Ageing (Khana et al., 2003) têm identificado comportamentos que classificaram como mais favoráveis, quer à reconstrução dos laços sociais, quer dos papéis e dos estatutos, com efeitos positivos no envelhecimento e na prevenção dos riscos: riscos sociais (isolamento e solidão); riscos ambientais (barreiras, habitação desadequada); riscos de saúde (incapacidades e dependências)

Esquemáticamente, agrupam-nos em dois grandes grupos que *resultam do entrosamento entre o potencial do indivíduo e as oportunidades que o colectivo oferece*

- Internos (auto-estima, capacidade de relação com os outros, satisfação pessoal.)
- Externos (rendimentos, redes de inserção, acesso à tecnologia, acesso aos cuidados de saúde, a serviços de proximidade).

Os primeiros estão associados às redes de sociabilidade, intergeracionais e intrageracionais. Uma e outras são da maior relevância na prevenção da solidão e isolamento social. As relações intergeracionais inscrevem-se essencialmente no círculo familiar, mas abrangem hoje outras formas de convivência que podem reforçar o sentido da utilidade social dos mais velhos e o reconhecimento do seu papel na sociedade, como é o caso das actividades de voluntariado.

A par destas formas de sociabilidade e acompanhando escolhas de projecto nesta fase da vida, emergem as relações horizontais, numa lógica de associação por interesses, por afinidades e pertença geracional. Constituem redes de suporte extra-familiares, sustentam e viabilizam a participação cívica e cultural, entre as quais as associações de reformados e as academias seniores são expressões relevantes.

A segunda ordem de factores enunciados é essencialmente da responsabilidade colectiva. Inserem-se, por um lado, no quadro da oferta de oportunidades e, por outro lado, na esfera da protecção social: preventiva, curativa e reparadora.

Globalmente, reforçam claramente a componente preventiva, pondo em evidência a necessidade de investimento na informação e na formação como estratégia de empoderamento dos indivíduos que avançam em idade e fazem a transição trabalho profissional/reforma. Valorizam o papel social, económico e cultural destas pessoas, enfatizam a prevenção/controla dos riscos ao longo do percurso de vida, sem minimizar a protecção dos riscos.

Mas devemos referir que o envelhecimento activo tem representado também uma estratégia de governação dos sistemas de segurança social, em especial na Europa, de forma a retardar e ou a evitar as saídas precoces do mercado de emprego.

A arquitectura dos sistemas de protecção social adequada a um ciclo de vida que se reestrutura e se alonga, não pode deixar de acolher uma estratégia de envelhecimento activo, alicerçada no direito a envelhecer com dignidade e segurança. Questão que à partida sugere algumas dificuldades, nomeadamente ao nível da fixação da idade da reforma.

Se é verdade que as pessoas explicitam a vontade de permanecer activas, é menos evidente que o possam fazer mantendo uma relação contratual estável no mercado de emprego, tal como já enunciámos no ponto anterior a propósito das saídas precoces do mercado de emprego e das estratégias sustentadas no desemprego de longa duração e/ou nas “baixas” por doença.

A forte pressão sobre o sistema de segurança social é evidenciada, a título de exemplo, com os dados sobre a evolução dos pensionistas de velhice, no caso português (IEFP, 2007). No horizonte 1990-2020, as estimativas apontam para um aumento de cerca de 60% deste grupo, ao mesmo tempo que os pensionistas de sobrevivência aumentam 100% (certamente devido à maior longevidade das mulheres, sobre-representadas neste tipo de prestação social). Assim sendo, parece essencial, ao

nível da iniciativa política, a estruturação de soluções que combinem o estímulo ao emprego e a melhoria das qualificações sociais, a par da protecção social e da promoção inequívoca dos direitos e condições de trabalho decente. O que quer também dizer combinar a oferta de emprego com formação, eliminando as formas de segregação pela idade, como se determina no Tratado de Amesterdão a que já nos referimos.

Favorecer o seu desenvolvimento significa respeitar, acolher, promover a cidadania. Princípios a privilegiar na definição das políticas e das formas de intervenção – não estandardizada, flexível, inovadora, potencializadora do desenvolvimento pessoal.

Formação ao longo da vida: algumas interrogações sobre escolhas e motivações

Dados sobre a procura e a oferta de diferentes tipos de formação, embora este seja um território ainda pouco explorado na situação portuguesa, são indicativos dos objectivos prosseguidos pelos sujeitos: aquisição de competências profissionais, mas também de melhorias ao nível das competências pessoais e sociais.

A análise das preferências e das escolhas dos mais velhos e dos mais novos face à procura de formação informal e não formal sugere algumas interrogações. Segundo dados do trabalho já atrás referenciado (EC, 2006), Portugal apresenta as maiores percentagens da participação na formação informal segundo a idade e o nível de escolarização observada nos grupos de idades 25-34, 45-54 e 55-64, quer se trate de nível elevado de escolarização ou de baixo nível de escolarização. Em sentido contrário se comporta a participação na formação não formal considerada em função do estatuto socioprofissional: Portugal apresenta índices significativamente mais baixos que a média da União Européia (25) em todos os níveis considerados. Interessante é todavia salientar que as percentagens mais elevadas observadas no conjunto dos países (média europeia) se reportam às categorias socioprofissionais mais elevadas, os “colarinhos brancos”, tendência igualmente verificada para Portugal.

Quererá isto significar diferenças entre iniciativas individuais e as que decorrem dos contextos de emprego? Quererá significar maior investimento individual na melhoria das competências sociais, especialmente relevantes entre os que detêm nível socioprofissional mais elevado? Revelará menor interesse dos empregadores nesta área?

Questões em aberto a merecerem estudo aprofundado e que não são certamente displicentes para a análise das questões associadas à gestão das carreiras, com especial importância para os trabalhadores seniores, confrontados com o imperativo de “converter a sua experiência em potencial”, ou seja, como refere Réguer (2007) “construir um projecto profissional de acordo com o seu projecto de vida”.

No fim de carreira, a capacidade de relativizar os limites impostos e de valorizar outras dimensões poderá facilitar a recomposição dos papéis, com efeitos num registo positivo do envelhecimento.

Políticas de envelhecimento activo

As múltiplas questões a enfrentar colectivamente, decorrentes das mudanças na estrutura das populações com alongamento da vida adulta, transversais a esta reflexão, já vêm sendo identificadas: emprego, financiamento das reformas, modos de vida, relações sociais, solidariedades e cooperação entre gerações, habitat, cobertura dos riscos de saúde, para citarmos as mais significativas.

Os estudos sobre o envelhecimento, em especial a partir dos anos 80 do século findo, incidiram particularmente sobre o processo de desenvolvimento humano ao longo da vida (Walker, 2002). Neste contexto, os trabalhos sobre a relação entre situação de saúde e o desenvolvimento de uma actividade/participação social vieram pôr em evidência a importância destas no envelhecer saudável (ibid.), através da identificação de factores que intervêm positivamente no processo de envelhecimento dos indivíduos.

Em paralelo, os resultados da análise sociológica sobre os percursos e modelos de reforma davam conta das expectativas dos reformados face

a esta nova fase da vida. Constatava-se que estes não se perspectivavam face ao futuro unicamente em torno do lazer e das ocupações familiares, procurando também uma inserção económica e social.

Entronca aqui a noção de envelhecimento activo, que vimos referenciando, a qual tem fundamentado um conjunto de recomendações e de orientações das organizações internacionais face à reorientação das políticas. Como decorre da reflexão que aqui desenvolvemos, este conceito rompe com os parâmetros etários com que se têm trabalhado as questões do envelhecimento e alarga-o a outros patamares da vida adulta. Condições e hábitos de vida ao longo da existência constituem objectos privilegiados dos estudos, das políticas e da intervenção.

Na área das políticas sociais, segundo a OCDE (2000),

[...] as reformas a empreender nas políticas devem-se articular segundo quatro eixos: prevenção; detecção precoce de problemas, concentrando-se nas fases críticas da existência; maior liberdade de escolha e maior responsabilização face ao seu próprio futuro; implementação de serviços de melhor qualidade através da co-operação entre diferentes intervenientes no terreno. A política deve ter em conta o *continuum* da existência, partindo do conhecimento sobre o desenvolvimento e envelhecimento humano e privilegiando a intervenção nas idades jovens, sabendo-se que as políticas têm efeitos no futuro dos indivíduos.

O conceito de envelhecimento activo lança, assim, as bases para uma política de envelhecimento mais abrangente, sem deixar todavia de integrar a protecção social da velhice. Podemos afirmar que esta evolução se apresenta como irreversível face à necessidade de integrar os progressos de longevidade no processo de desenvolvimento social, económico e cultural de cada sociedade. Melhorar os níveis de saúde, de escolarização/qualificação e de acesso a oportunidades de desenvolvimento pessoal ao longo da vida são factores essenciais de sustentabilidade de sociedades com aumentos da longevidade sem paralelo na história.

Implementar uma política de envelhecimento obriga, repetimos, a um esforço decidido no sentido da eliminação das formas de segre-

gação pela idade, a que já fizemos referência, promovendo as medidas de discriminação positiva necessárias à não exclusão social dos mais desfavorecidos seja qual for a idade, sexo, religião ou etnia.

Políticas de emprego, de formação ao longo da vida, de rendimentos, de informação, de acesso a cuidados de saúde (preventivos, curativos e de reabilitação) e de acesso a serviços sociais entendem-se como estratégias de *promoção da qualidade de vida de todos os cidadãos de todas as idades*.

A título de exemplo para o caso português, está neste momento em discussão legislação regulamentar das políticas de emprego, reforçando os princípios da não discriminação por idade e favorecendo a empregabilidade dos trabalhadores mais velhos, nomeadamente através de incentivos aos empregadores. Sem minimizar a bondade da iniciativa, a discussão em curso tem evidenciado as dificuldades que esta questão comporta para os diferentes parceiros sociais, ainda que por razões diferentes.

Neste debate, não deixa de ser significativa a quase ausência de que diz respeito à perda de população com que a Europa se defronta, e Portugal vai enfrentar nas próximas décadas, devido às baixas taxas de fecundidade com reflexos inevitáveis na população activa jovem disponível para o trabalho.

Indicadores deste novo dado do problema são sem dúvida os fluxos migratórios que em especial a partir dos anos 90 do século passado constituem uma oferta de trabalho em muitos casos qualificada e com sucesso de integração na sociedade portuguesa.

Ou seja, a par da previsível oportunidade de aumento da oferta de emprego para os trabalhadores mais velhos decorrente do decréscimo da população activa jovem, também é evidente a tendência para uma crescente exigência em termos de qualificações, o que faz da formação ao longo da vida uma das grandes prioridades, quer para os indivíduos, quer para a sociedade e para as políticas sociais.

Aliás, é interessante referir alguma informação disponível indicativa da evolução em curso noutros países e regiões, relativa à actividade profissional dos mais velhos.

Segundo Eurostat, 2000 (EC, 2006), a percentagem dos homens do grupo de idades 60-64 anos com trabalho em part-time em 1998 apresentava valores significativos na Finlândia (25.9%), na Holanda (35.4%), na Suécia (24.4%), em Inglaterra (18.5%), Alemanha (8.9%), e Itália (5.0%) no espaço europeu. No âmbito da OCDE, Japão (22.7%), EUA (16.1) e Canadá (15.4%) são países referenciados no trabalho que citamos. Significativo é, por outro lado, o facto destes níveis de emprego corresponderem em alguns países a elevada representação deste grupo relativamente ao total de pessoas empregadas em part-time: 95% na Alemanha, 91% na Suécia, 89% na Inglaterra, 64% nos USA, 47% no Canadá, 54% no Japão e 25% na Finlândia. As tendências que estes dados evidenciam não são indiferentes aos diferentes sistemas de protecção social (que podem favorecer ou não a articulação entre trabalho e pensão) e também à adesão ao trabalho em part-time ao longo da vida, como é o caso da Holanda, que apresenta níveis elevados em todos os grupos de idades.

A leitura destes dados é, sem dúvida, desafiante para a investigação e para as políticas: estamos perante comportamentos face ao emprego em idades que ultrapassam em muito o que hoje é considerado como trabalhador idoso, facto associado a contextos nacionais com elevadas taxas de escolarização para o conjunto da população, como já atrás referimos.

Políticas de envelhecimento activo e inserção.

Riscos de exclusão social

As políticas de envelhecimento activo são sustentadas e orientadas numa lógica de empoderamento dos indivíduos. Ao valorizar os atributos pessoais, estas políticas podem enviezadamente favorecer a dicotomia autónomo/dependente.

Walker (2002) chama a atenção para este risco, opondo a noção de desenvolvimento das capacidades, a que todos têm direito, subjacente a este conceito. Por outras palavras, envelhecer de forma activa deve ser entendido como um direito e um dever que a todos congrega: indiví-

duos pelo incentivo à cidadania, colectivo pela assumpção de políticas integradoras, de discriminação positiva (anti-agismo, anti-exclusão), de garantia do direito à autodeterminação e à participação na vida das comunidades e da sociedade, e bem assim à oferta de cuidados adequados à preservação da autonomia, quando esta se apresenta deficitária ou em risco de perda.

Voltando a citar Walker,

[...] todas as pessoas idosas, mesmo as que estão em situação de dependência, devem poder envelhecer permanecendo activas. É necessário precavermo-nos contra o risco de privilegiar as pessoas idosas mais jovens em detrimento das pessoas muito idosas e ter bem presente que a relação entre actividade e saúde (nomeadamente a estimulação mental) mantém-se válida para as muito idosas.

A ênfase nas medidas reparadoras não deve ser subestimada, ao mesmo tempo que um claro investimento na prevenção da doença, das incapacidades e da perda das competências constitui um eixo da maior importância

A promoção de medidas que favoreçam a autonomia e a iniciativa individual é, para Walker, uma estratégia a implementar numa lógica de parceria entre o cidadão e a sociedade, na partilha das responsabilidades e no respeito pelos direitos sociais que cabe à sociedade garantir de forma inequívoca.

O respeito pelos direitos de cidadania dos mais velhos, pelo princípio de autodeterminação, a garantia de rendimentos adequados e suficientes, o incremento de condições favoráveis à (re)construção e à não destruição das redes de sociabilidade, a promoção de medidas no âmbito dos serviços de qualidade, da acessibilidade e do habitat, são áreas centrais das políticas de envelhecimento.

Uma especial referência deve ser feita ao facto das nossas sociedades serem fortemente urbanizadas e/ou em crescente processo de urbanização, levantando problemas específicos. A integração da componente ambiental na óptica do envelhecimento/desenvolvimento

sustentado, para além das questões já enunciadas, exige uma atenção particular e aprofundada das questões urbanas. Uma boa parte dos seniores de hoje e a maioria dos seniores do futuro vivem e viverão nas nossas cidades.

Acessibilidades, adaptação do habitat, comunicação, serviços de proximidade, são eixos estratégicos orientados para a qualidade de vida de todos e consequentemente do envelhecimento de todos de forma activa, com dignidade e segurança.

A Conferência de Helsínquia (União Europeia, 1999),² é um marco importante das preocupações da União Europeia nesta matéria. Duas conclusões são de salientar:

- As condições habitacionais não devem sabotar a situação de saúde e a autonomia das pessoas idosas. É desejável que a habitação para as pessoas idosas obedeça a características e a normas específicas, designadamente em termos de projecto, sistemas de aquecimento, segurança e conforto, e ainda às características locais, tais como serviços de proximidade e outras facilidades num ambiente social e natural agradáveis, conducente à interacção de todas as pessoas de todas as idades.
- A habitação não deve ser considerada um objectivo separado das questões sociais, ambientais e urbanas. Os cuidados e os transportes têm impactos significativos na capacidade das pessoas idosas viverem de forma independente.

Aliás, a Carta Social Europeia, Artº 23 (Revisão de 1996) já tinha integrado a componente habitat no conjunto dos direitos das pessoas idosas:

- Direito das Pessoas Idosas a uma Protecção Social;
- Permitir às Pessoas Idosas permanecer o maior tempo possível como membros de parte inteira na sociedade;

2 Cf. <http://www.europarl.europa.eu/sides/getDoc.do?pubRef=-//EP//TEXT+MOTION+B5-1999-0354+0+DOC+XML+V0//PT>

- Permitir às Pessoas Idosas escolher livremente o seu modo de vida e desenvolver uma existência independente no seu ambiente habitual tanto tempo quanto o desejam e seja possível, através de:
 - o Oferta de habitação apropriada às suas necessidades e estado de saúde ou ajudas adequadas com vista à adaptação da habitação;
 - o Cuidados de saúde e serviços de acordo com o seu estado
 - o Garantir às Pessoas Idosas que vivem em instituição a assistência apropriada no respeito pela vida privada e pela participação na determinação das condições de vida na instituição

No mesmo sentido se enquadram as orientações expressas pela Comissão das Comunidades Europeias, 1999:

Ao passo que os cuidados informais continuarão a desempenhar um papel, talvez ainda dominante, os serviços formais de prestação de cuidados adquirirão muito mais importância. Os serviços de reabilitação, a ajuda doméstica, a prestação de cuidados no domicílio, a habitação especialmente adaptada e os estabelecimentos de assistência de longa duração deverão ser desenvolvidos. O maior recurso às tecnologias de "assistência" pode melhorar significativamente a autonomia e a qualidade de vida das pessoas idosas, mesmo as gravemente incapacitadas

E a ONU, HABITAT II, 1999, reforça a mesma ordem de preocupações:

A qualidade de vida de todas as pessoas depende, para além de factores económicos, de factores sociais e espaciais das nossas aldeias, vilas e cidades.

O aparecimento de défices/incapacidades faz parte do percurso de vida. As pessoas com deficiências/incapacidades nem sempre têm tido oportunidade de participar plenamente e em situação de igualdade no desenvolvimento dos estabelecimentos humanos... os processos de decisão são muitas vezes geradores de barreiras sociais, económicas, comportamentais e físicas e consequentemente de discriminação.

A Carta das Nações Unidas reafirma o compromisso para garantir a completa realização dos direitos humanos,.. o direito à habitação adequada, como expressão da Declaração Universal dos Direitos Humanos.

Questões para a intervenção social

Como corolário do que vimos defendendo, a qualidade da intervenção social pode aferir-se pela libertação do sofrimento e do isolamento, pela dinamização/integração em redes de sociabilidade, pela promoção de projectos de valorização das capacidades dos indivíduos e do seu desenvolvimento pessoal e pelo fluxo das trocas interpessoais e intergeracionais.

Uma lógica de envelhecimento activo não deve confinar-se aos mais dinâmicos, aos mais autónomos, e dar lugar a novos estereótipos de “velho activo” e velho dependente”.

Ao contrário, a intervenção social numa estratégia de envelhecimento activo orienta-se para o benefício de todos ao contribuir para o reconhecimento do valor social dos que envelhecem e para uma maior visibilidade das trocas e da partilha do património económico, social e cultural entre gerações.

Garantir dignidade e segurança no processo de envelhecer é indissociável da valorização do desenvolvimento das capacidades e das competências sociais dos indivíduos, reconhecimento a que cada pessoa tem direito.

Na senda destas reflexões, os resultados da investigação desenvolvida no âmbito do projecto Paquid (Pérès e Barberger-Gateau, 2001) são consistentes com o que vimos referindo: as pessoas mais escolarizadas estão duas vezes mais representadas entre as pessoas autónomas mais velhas. O que nos permite afirmar que os níveis de autonomia e de bem-estar nas idades avançadas estão associados a melhores níveis de escolarização e de participação social

Ou seja, à medida que avançamos no conhecimento sobre o envelhecimento humano, mais vamos sabendo sobre a importância

do desenvolvimento das capacidades individuais na qualidade destes processos. A própria experiência de envelhecimento activo vem pondo em evidência a relevância deste factor, o que certamente constituirá uma exigência acrescida para todos os que no seu quotidiano põem o seu saber e experiência ao serviço dos mais velhos e dos que vão envelhecendo.

Referências

- CENTENO, L. G. (2006). Envelhecimento e barreiras da idade no emprego. *Cadernos Sociedade e Trabalho*, v. VII, n. 38, pp. 155-178.
- COMISSÃO EUROPEIA (2006). Ageing and employment. Disponível em www.ec.europa.eu/employment. Acessado em 15/11/2008.
- CORTE, B.; MERCADANTE, E. F. e ARCURI, I. G. (2006). *Envelhecimento e velhice: um guia para a vida*. São Paulo, Vetor.
- COSTA, F. S. (2001). Portugal e o Tratado de Nice. Notas sobre a estratégia negocial portuguesa. *Negócios Estrangeiros*, n. 1, pp. 42-48.
- D'ÉPINAY, L. (1991). *Vieillir ou la vie à inventer*. Paris, L'Harmattan.
- DURANDAL, J. P. H. (2003). *Le pouvoir gris*. Paris, PUF.
- FONDATION EISAI, COLECTIVO (2006). *Penser le temps pour lire la vieillesse*. Paris, PUF.
- GUÉRIN, S. (2006). *L'invention des seniors*. Paris, Pluriel.
- GUILLEMARD, A. M. (1991). *La retraite en mutation*. Paris, Recherche FEN.
- GUILLEMARD, A. M. et alii (2001). *La retraite: une révolution silencieuse*. Paris, Érés.
- HENRARD, J.-C. (2002). *Les défis du vieillissement*. Paris, La Découverte.
- IEFP (2007). Envelhecimento e perspectivas de criação de emprego e necessidades de formação para a qualificação de recursos humanos. *Estudos*, Lisboa, n. 37.

- KHANA, E. et al. (2003). Emerging Lifestyles and Proactive Options for Successful Ageing. *International Ageing*, n. 2.
- LEGRAND, M. et al. (2001). *La retraite: une révolution silencieuse*. Paris, Érès.
- OCDE, 2000. Des réformes pour une société vieillissante.
- ONU (2007) Disponível em http://www.unmultimedia.org/radio/portuguese/error_404.html. Acessado em 20/11/2007.
- ____ CONSELHO ECONÓMICO E SOCIAL (2002). Regional Implementation strategy for the Madrid Internacional Plan of Action on Ageing.
- PEREIRA, M. (2004). “O tempo de vida e a vivência do tempo”. In: QUARESMA, M. L.; FERNANDES, A. A.; FERREIRA, D. e PEREIRA, M. (2004). *O sentido das idades: interrogar a solidão e a dependência*. Lisboa, Cesdet.
- PÉRÈS, P. K. e BARBERGER-GATEAU (2001). Évolution de l'incapacité entre 75 et 84 ans, suivi de deux générations à travers l'enquête. *Gérontologie et Société*, n. 98, pp. 49-64.
- PUIJALON, B. e TRINCAZ, J. (2000). *Le droit de vieillir*. Paris, Fayard.
- QUARESMA, M. L. e GRAÇA, S. (2006). Evolução das aspirações e necessidades da população envelhecida - novas perspectivas de actuação e intervenção. *Cadernos Sociedade e Trabalho*. Protecção Social, VII.
- QUARESMA, M. L.; FERNANDES, A. A.; FERREIRA, D. e PEREIRA, M. (2004). *O sentido das idades da vida: interrogar a solidão e a dependência*. Lisboa, Cesdet.
- REGUER, D. (org.) (2007). *Viellissement et Parcours de Fins de Carrière: Contraintes et Stratégies*. Paris, Érès.
- SCHLEIERMACHER, F. (2006). *Le réveil de mathusalem: L'avenir appartient à ceux qui savent vieillir*. Paris, Robert Lafont.
- WALKER, A. (2002). Une stratégie pour vieillir en restant Actif. *Revue internationale de sécurité sociale*, v. 55, n. 1, pp. 143-165.

WILCOCK, J. et al. (2002). Education and ageing. *Triangle Journals*, v. 17, n. 2-3, pp. 217-236.

Data de recebimento: 8/4/2008; Data de aceite: 10/5/2008.

Maria de Lourdes Quaresma – Licenciada em Ciências Sociais e Políticas pelo ISCSP e em Ciências Sociais e Humanas pela UNL. DEA em Sociologia urbana pela Universidade de Paris X. Coordenadora da Pós-Graduação Profissional em Gerontologia Social no Instituto Superior de Serviço Social de Lisboa. Autora e co-autora de estudos, artigos e outros trabalhos, entre os quais *O Sentido das Idades da Vida, Interrogar a solidão e a dependência*. Professora do Instituto Superior de Serviço Social – Universidade Lusíada de Lisboa. E-mail: lurdess.quaresma@cm-lisboa.pt